

MOUSEION

Canoas, n. 42, 2022.

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i42.10056>

Planejamento e Política de Acervos Digitais: desafios e possibilidades

Ana Celina Figueira da Silva¹

Resumo: O artigo apresenta a experiência de organização e publicização, através da plataforma Tainacan, de duas coleções universitárias pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o Acervo do Laboratório do Ensino de Física e das coleções da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes. A partir deste relato é realizada uma reflexão sobre a necessidade de atualização da Política Nacional de Museus visando a implementação da publicização dos acervos culturais, principalmente os de caráter museológico na *web*. Considera a necessidade de disponibilização dos acervos na internet como forma de ampliar o direito constitucional do acesso ao patrimônio cultural pelo cidadão. Demonstra que essa questão já estava colocada no Plano Nacional de Museus em 2003 e no Plano Setorial de Museus de 2010, com discussão posterior sobre a necessidade de disponibilizar os acervos na rede e em rede, facilitando a recuperação da informação pelo público. Indica a necessidade de adoção de padrões de metadados para a descrição dos itens das coleções e de uma curadoria de preservação digital, com modelos, normas e diretrizes.

Palavras-Chave: Política Nacional de Museus; Plano Nacional Setorial de Museus. Tainacan; Gestão de acervos museológicos; coleções universitárias.

Planning and Digital Collections Policy: challenges and possibility

Abstract: The article presents the experience of organizing and publicizing, through the Tainacan platform, two university collections belonging to the Federal University of Rio Grande do Sul: the Collection of the Physics Teaching Laboratory and the collections of the Pinacoteca Barão de Santo Ângelo of the Institute of Arts. Based on this report, a reflection is carried out on the need to update the National Policy on Museums with a view to implementing the publicity of cultural collections, especially those of a museological nature on the web. It considers the need to make collections available on the internet as a way to expand the constitutional right of access to cultural heritage by citizens. It demonstrates that this issue was already included in the National Museum Plan in 2003 and in the 2010 Museum Sector Plan, with subsequent discussion on the need to make collections available on the network and in a network, facilitating the retrieval of information by the public. It indicates the need to adopt metadata standards for the description of items in collections and a curatorship for digital preservation, with models, norms and guidelines.

Keywords: National Museum Policy; National Sectoral Plan for Museums. Tainacan; Management of museum collections; university collections.

¹ Doutora em História, graduada em História e Museologia. Professora do curso de graduação em Museologia no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. E-mail: <ana.celina@ufrgs.br>

Introdução

A reflexão apresentada na quarta mesa redonda do III Acervos Culturais em Rede partiu da experiência junto ao projeto de extensão Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS, proposto pelo curso de graduação em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a partir de 2018. O objetivo geral deste projeto é colaborar com as unidades da UFRGS que salvaguardam coleções museológicas, bem como aquelas com potencial de serem musealizadas, visando a organização das informações e sua publicização através do repositório digital Tainacan. O projeto conta com o apoio do Laboratório de Pesquisa e Extensão Museológica (LAPEM) do curso de Museologia, através da participação do museólogo Elias Machado que compartilha comigo a coordenação do projeto.

As experiências até agora desenvolvidas no projeto Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS ocorreram, fundamentalmente, junto a coleções que integram a Rede de Museus e Acervos da UFRGS (REMAM), criada em 2011 com o objetivo de:

[...] qualificar a atuação museológica e elaborar uma política de preservação do seu patrimônio científico-cultural, ressaltando a valorização da memória da e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. [A Remam] Atua como articulador dos diversos espaços parceiros sob a coordenação do Museu da UFRGS. Inclui segmentos da Academia que, embora não sendo museus, também registram, pesquisam, conservam e divulgam acervos. A rede visa potencializar a atuação desses diferentes espaços de memória da universidade junto aos públicos internos e externos, por meio da valorização (REDE DE MUSEUS E ACERVOS DA UFRGS, s.d, doc.eletr).

Atualmente a REMAM é composta por 34 espaços que reúnem diversificados tipos de coleções - artística, científicas, arqueológicas, zoológicas, botânicas, históricas, entre outras - geradas pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por professores, técnicos e alunos ao longo do percurso da UFRGS². Ou seja, os registros textuais, imagéticos e tridimensionais salvaguardados em diversas unidades da UFRGS permitem vislumbrar o desenvolvimento da produção do conhecimento em diversas áreas, bem como os recursos didáticos utilizados no ensino em sala de aula e laboratórios. Representam a trajetória do ensino universitário e as pessoas a ele relacionado, ganhando, nesse sentido, valor histórico, científico e cultural. Portanto, essas evidências materiais, ao serem musealizadas, constituem-se em patrimônio público, devendo ser preservado, o que envolve muitas ações, inclusive a sua divulgação à comunidade, principalmente acadêmica. A partir dessas considerações o curso de Museologia da UFRGS, através de proposições de disciplinas e projetos de pesquisa e extensão, tem procurado colaborar na preservação das coleções universitárias, visando a difusão do conhecimento produzido a partir desse patrimônio. Contexto em que se insere o projeto Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS, que tem procurado disponibilizar digitalmente as coleções museológicas da Universidade na *web* através da plataforma Tainacan, como antes mencionado.

Deve-se considerar, como uma das motivações do nosso Projeto, que a publicização do patrimônio público é um preceito constitucional. O direito do cidadão de acesso à cultura e suas fontes fica claro no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, onde é previsto que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, doc. eletr.). No mesmo sentido, o artigo 23 da

2 A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem sua história iniciada em 1895, com a fundação dos que viriam a ser seus primeiros cursos, e é formulada enquanto universidade em 1934, com o nome de Universidade de Porto Alegre. Sua federalização ocorreu em 1950, passando à esfera administrativa da União. Se considerarmos a data de fundação das primeiras formações, temos 127 anos de história da educação no sul do Brasil.

Constituição Federal, inciso V, declara competência das esferas governamentais, “[...] proporcionar os meios de acesso à cultura [...]”.

Contemporaneamente, pensar nas possibilidades de acesso às fontes de informação e cultura preconizado pela legislação nacional, inclui, necessariamente, a disponibilização na Internet. Isso impõem o desafio das instituições museológicas publicizarem seus acervos em formato digital na *web*, garantindo, de forma mais ampla, o acesso às informações relativas ao patrimônio cultural ali representados. Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), lançou em 2013 o Programa Acervo em Rede, com o objetivo de:

[] promover a democratização do acesso digital aos bens culturais musealizados, promovendo também a digitalização e a documentação dos acervos das instituições museológicas na internet. Visa também instrumentalizar os museus brasileiros com ferramentas digitais sistêmicas, capazes de aperfeiçoar a gestão e a catalogação de seus acervos, permitindo a difusão integrada do patrimônio museológico e do patrimônio cultural preservado por diferentes grupos sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, s.d., doc. eletr).

Para viabilizar a disponibilização dos acervos museológicos na internet, o Ibram, em 2016, estabeleceu parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) no desenvolvimento do *software* Tainacan, o que “*viabilizou a customização [dessa] ferramenta para atender às necessidades de catalogação e difusão dos acervos dos museus do IBRAM.*” (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, s.d., doc. eletr).

Portanto, disponibilizar os acervos em formato digital, é, em primeira instância, colaborar na democratização do acesso à cultura e educação. Discussão e intenção que se faz presente já a algum tempo nos fóruns do campo museológico que resultaram no estabelecimento de políticas visando a divulgação digital dos acervos.

A construção de uma política de acesso aos acervos museológicos - caminhos percorridos e necessidade de continuidade

Buscando pontuar a discussão da democratização dos acervos com indicação da necessidade de construção de uma política pública, aponta-se a *Carta de Rio Grande*, produzida no encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus que ocorreu na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, entre os dias 13 e 18 de maio de 2002. O documento foi aprovado de forma unânime por todos os participantes do Fórum, que contou com representantes de 12 estados brasileiros. O seu título já evidencia as discussões realizadas e necessidades do campo naquele momento: “*Por uma política pública de inclusão social e democrática para a construção da memória nacional e preservação do patrimônio cultural brasileiro*”.

Para a discussão aqui colocada, destaco o texto da *Carta de Rio Grande* abaixo transcrito:

3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais

3.1 Criação de políticas de apoio a informatização dos museus brasileiros;

3.2 Apoio ao processo de digitalização de informações de caráter científico e museológico existentes nos museus brasileiros;

3.3 Apoio a criação de redes virtuais de informação entre os museus brasileiros, a fim de facilitar a

pesquisa, o desenvolvimento dos profissionais de museus e democratizar o acesso ao conhecimento. (CARTA DE RIO GRANDE, 2014, p. 171).

Assim, o documento estabelece a questão da digitalização como forma de acesso aos bens culturais existentes em nossos museus. Logicamente, que há 21 anos atrás, os recursos tecnológicos não eram os mesmos de hoje, inclusive o termo utilizado era “informatização” referindo-se, basicamente a necessidade de os museus possuírem computadores (máquinas). Mas, de toda a forma, o que tento destacar aqui é que já existe a compreensão do acesso amplo aos acervos perpassando pela digitalização e criação de redes virtuais de informação e da necessidade de criação de uma política pública que viabilizasse essa demanda.

No ano seguinte, em 2003, foi estabelecida a Política Nacional de Museus (PNM), pelo então ministro da cultura, Gilberto Gil. Importante marco legal de política pública para a cultura do Brasil, a PNM estabelecia no Eixo Programático 2 – Democratização e acesso aos bens culturais – no item 2.3 a “*Criação de mecanismos que favoreçam a documentação, organização, conservação, restauração, informatização e disponibilização dos acervos museológicos*” (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2003, p. 10. Grifo meu.). A PNM apresentava um Eixo específico sobre informatização de museus, o Eixo 4, que determinava:

- 4.1. *Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros.*
- 4.2. Apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos.
- 4.3. *Estímulo e apoio a projetos que visam a **disponibilizar informações sobre acervos**, pesquisas e programações dos museus em mídias eletrônicas*
- 4.4. Apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.
- 4.5. *Estímulos aos projetos de informatização e tecnologia digital desenvolvidos em parcerias com instituições de ensino* (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, 2003, p. 11. Grifo meu.).

Decorrente da PNM, foi estabelecido pelo Ministério da Cultura em 2010, o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), com metas a serem cumpridas até 2020. Destaco a Diretriz 10 do Eixo I (Produção simbólica e diversidade cultural) deste documento: “*Fomentar e aprofundar teórica e metodologicamente a pesquisa sobre a documentação e o acervo museológico*” (PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS, 2010, p. 13). O trabalho documental com o acervo museológico é estabelecido no PNSM como meta prioritária e visava garantir o acesso do cidadão às informações relativas às coleções dos nossos museus. Com esse objetivo foi fixada a ação e meta a serem cumpridas:

Ações:

- Sistematizar, pesquisar e disponibilizar a documentação em um banco de dados.

Meta quantitativa: Atingir um percentual de até 40% da documentação disponibilizada em banco de dados.

Meta temporal: 02 anos. (PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS, 2010, p. 13. Grifo do autor).

Infere-se que a documentação dos acervos dos museus brasileiros deveria ficar disponível num banco de dados nacional - como que um inventário dos bens culturais – a partir da informatização de cada museu.

A questão da disponibilização dos acervos culturais em rede no Brasil (e não somente na rede) e a necessidade de criação de uma política nacional nesse sentido, é discutida há uma década, inspirada,

conforme Martins, Silva e Carmo (2018), nos debates ocorridos no Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, realizado pelo Ministério da Cultura (MinC), na cidade de São Paulo em abril de 2010. Esse Simpósio produziu um documento que,

[...]apresenta propostas ao MinC e aos agentes do setor com o intuito de delinear um Plano Nacional de Digitalização e Acesso à Cultura e Conhecimento. Entre as propostas encontramos a seguinte: [...] criação de uma plataforma que organize a troca de informações entre as instituições e também ofereça possibilidades múltiplas de acesso aos conteúdos armazenados em formato digital dentro das instituições públicas ou privadas que forem abrangidas pelo Plano Nacional de Digitalização e Acesso a Cultura e Conhecimento (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 198).

A realidade naquele período, que ainda hoje permanece, é que os museus que disponibilizam digitalmente seus acervos, o fazem a partir de iniciativas isoladas, desconexas, não permitindo, portanto, a integração dos acervos em rede, por falta de uma política que estabeleça padrões nesse processo.

A ausência de uma política que realize essa integração acaba por dificultar processos de mapeamento e diagnóstico acerca das condições dos objetos culturais, além de limitar as possibilidades de cruzamento de dados e produção de indicadores que facilitem o monitoramento dos efeitos das políticas específicas para o setor. Como se observa, o problema vai além da questão da disponibilização e socialização da informação em rede, mas incide também em aspectos fundamentais de gestão da política cultural, onde a demanda pela capacidade de diagnosticar setores, áreas de atuação e se conhecer o que de fato existe torna-se possível apenas pela integração da informação a partir de protocolos padronizados que permitem cruzamentos e sínteses de métricas e indicadores (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018, p. 199).

O Ibram tem trabalhado de forma a conectar em rede os acervos dos museus sob a sua administração, tendo em vista que as coleções dos museus federais disponibilizadas digitalmente na plataforma Tainacan, foram descritas utilizando os itens informacionais obrigatórios da Resolução Normativa nº 2³, o que significa a utilização de um padrão de descrição que permitirá a interoperabilidade entre os acervos em uma plataforma de busca.

*Para além de ser um instrumento para proteção e difusão dos bens culturais musealizados, o INBCM **supre a carência de um padrão nacional para a descrição de informação sobre o objeto museológico**, em nível de inventário. São muitos os benefícios na adoção de um padrão para a documentação museológica dentre os quais a possibilidade dos museus “falarem uma mesma língua”, realizarem intercâmbio de informações, além de permitir a busca integrada dos dados (OLIVERA; FEITOSA, 2021, p. 75, grifo meu).*

Entretanto, em que pese a experiência valorosa do Ibram, que significa um grande passo na caminhada do processo de democratização do acesso aos bens culturais nacionais, é necessário considerar que ainda há muito a realizar. Os museus brasileiros, em sua grande maioria, carentes de recursos humanos e de infraestrutura, não conseguem disponibilizar digitalmente suas coleções, ainda mais de forma a possibilitar a interconexão. Trazendo apenas a realidade dos museus universitários, resalto o dado revelado pelo professor Dalton Martins em sua fala nesse Seminário, onde a partir de recente pesquisa realizada por

3 A Resolução Normativa nº 2 do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014), publicada no Diário Oficial da União em 1 de setembro de 2014, estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico, visando a realização do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), conforme previsto no Estatuto dos Museus (BRASIL, 2009). O Artigo 4º da Resolução estabelece 15 elementos de descrição para identificação de bens culturais de caráter museológico, sendo 9 obrigatórios e 6 facultativos. Os obrigatórios são: número de registro; situação; denominação; autor; resumo descritivo; dimensões; material/técnica; estado de conservação; condição de reprodução. Os eletivos correspondem a: outros números; título; classificação; local de produção; data de produção; mídias relacionadas.

ele e pela historiadora Luciana Martins, ainda a ser publicada, das 536 coleções universitárias atualmente existentes no Brasil menos de 30% publica algum tipo de objeto digital em seus sites e em torno de apenas 7% utilizam algum tipo de repositório digital para o gerenciamento da informação dos seus acervos.

Reverter essa situação não é fácil, pois implantar repositórios digitais envolve um conhecimento técnico, assim como um tratamento adequado dos dados informacionais com a utilização de vocabulário controlado e de um padrão de metadados que permita a fácil recuperação da informação, como já foi mencionado. Nesse sentido, se faz necessária a criação de uma política ou a atualização da Política Nacional de Museus que apoie as instituições culturais nessa tarefa, com o estabelecimento de parâmetros de orientação técnica e tecnológica para que esse cenário da disponibilização adequada dos acervos digitais possa avançar no Brasil. Nesse ponto, são atuais e pertinentes as colocações de Martins, Silva e Carmo (2018, p. 212):

Considerando o contexto econômico atual, e os desafios do setor cultural, as metas colocadas pelo Plano Nacional de Cultura parecem ser de difícil alcance. Dessa forma, torna-se imperativo o desenho de uma política nacional que promova a busca por soluções que auxiliem na construção de perspectivas de interoperabilidade entre os diferentes acervos. Para isso, torna-se necessário a retomada do protagonismo político nesse processo, somente dessa forma será possível que o trabalho de digitalização dos acervos culturais brasileiros seja executado pelas instituições culturais de forma orientada e coordenada, integrando as informações e facilitando o acesso à população brasileira. Para essa finalidade, também torna-se necessário que o poder público se posicione e articule o desenho de um modelo de governança capaz de direcionar, monitorar, supervisionar e avaliar as iniciativas de digitalização, armazenamento e disponibilização de acervos em rede, preferencialmente por meio de um modelo de gestão que envolva o Estado e a sociedade civil de forma participativa, transparente e democrática.

A consciência da necessidade de planejamento e de políticas para os acervos digitais foi despertada a partir da experiência que tive junto às coleções do Instituto de Física e do Instituto de Artes da UFRGS, que passo a descrever.

Planejando a disponibilização de acervo universitário no repositório Tainacan: projeto Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS

O projeto Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS, criado em 2018, ainda está em vigor, atuando nesse ano de 2021, nos Museu de Ciências Naturais da UFRGS (MUCIN) e no Museu do Observatório Astronômico, ambos pertencentes à REMAM, além de acompanhar os trabalhos da equipe da Faculdade de Medicina que está organizando seu futuro Memorial. Entretanto as experiências que trago aqui são as duas primeiras desenvolvidas no Projeto e que já foram encerradas. Foram muito importantes esses dois primeiros trabalhos porque possibilitaram: (a) o aprendizado do uso da ferramenta Tainacan e a aproximação com a equipe de desenvolvedores; (b) a percepção da necessidade de uso de padrões de metadados mínimos para que diferentes tipos de coleções possam ser interoperáveis; (c) a reflexão e discussão sobre a necessidade de implementação de uma política para preservação de acervos museológicos na UFRGS, incluindo a disponibilização digital dos acervos.

A proposição do projeto ocorreu a partir da experiência de ensino desenvolvida em 2017 na disciplina eletiva do curso de Museologia, Tópicos Especiais em Pesquisa Museológica, onde os alunos desenvolveram pesquisa sobre alguns itens que compõem o Acervo Museológico do Laboratório do

Ensino de Física (AMLEF), integrante do Instituto de Física da Universidade. Em paralelo, uma discente da graduação em Museologia desenvolveu seu estágio curricular obrigatório no AMLEF, realizando um arrolamento do acervo. O trabalho foi bastante positivo, revelando importantes informações que valoraram o acervo do AMLEF e demonstraram a necessidade de estender a pesquisa a todas as peças e de tratamento museológico da coleção, tendo em vista que se verificou a inexistência de procedimentos de registros. Ou seja, a coleção, composta à época por aproximadamente 330 itens, não possuía fichas de identificação, registro fotográfico das peças e nem sistema de numeração ou algum outro instrumento de controle sistemático do acervo. Assim, levando em conta essas lacunas e aproveitando a aproximação e receptividade por parte da equipe do AMLEF, foi proposto o projeto de Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS, que realizou suas atividades no Instituto de Física entre março de 2018 e fevereiro de 2019, disponibilizando o acervo no repositório Tainacan em maio de 2019⁴.

A segunda edição do projeto, ocorrida entre março de 2019 e fevereiro de 2020, ocupou-se do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo (PBSA), do Instituto de Artes da UFRGS (IA). O coordenador do Acervo Artístico da PBSA, o professor Paulo Gomes, tomou conhecimento do trabalho realizado no Instituto de Física, divulgado em reuniões da REMAM, e se mostrou interessado, principalmente em função da possibilidade de divulgar a totalidade do acervo através da plataforma gratuita utilizada no projeto. Isso porque o site institucional da Pinacoteca, por problemas de formato e hospedagem, não permitia a inserção de mais informações. Nessa condição, o site da PBSA disponibilizava em torno de 600 obras, num universo de mais de 1900 itens que totalizam o acervo. Nesse sentido, a implantação e migração dos dados do acervo artístico para o Tainacan representava uma solução para o problema enfrentado na divulgação das coleções da PBSA.

Diferentemente do AMLEF, a PBSA já possuía uma organização documental de seu acervo, com registros em fichas e inventário em planilha Excel. A primeira etapa do trabalho com o acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo foi a realização de um diagnóstico dos registros feitos sobre as obras, verificando os campos integrantes do inventário da coleção existente em planilha Excel. Nesse processo, também foram utilizadas as informações disponíveis no catálogo impresso da Pinacoteca, editado em 2014, no qual constam 1485 itens inventariados (GOMES; BRITTES, 2015). Foi realizado um comparativo entre metadados do inventário já existente e os indicados pelo Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), que foi o padrão referência adotado para a organização das informações. Verificou-se a compatibilidade dos dados, mantendo-se os obrigatórios do INBCM e acrescentando outros que a Pinacoteca considerava importantes, da mesma forma como foi feito no tratamento dos dados do AMLEF. O próximo e importante passo, que não foi experimentado no trabalho junto ao AMLEF, tendo em vista que seu acervo não estava inventariado em planilha Excel, foi a preparação das informações constantes no inventário para a migração à plataforma Tainacan. Para isso, utilizou-se o aplicativo *Open Refine*⁵, que possibilita a organização de dados. Com os dados organizados foi possível a implementação do Tainacan, com linguagem documental padronizada e descrita em manual de procedimentos elaborado pela equipe. O Tainacan da PBSA foi

4 A acervo do AMLEF pode ser visitado em: <<https://www.ufrgs.br/amlef>>.

5 “O Open Refine é um programa que possibilita o tratamento e a manipulação de dados, especialmente quando estes estão desorganizados ou apresentam inconsistências. Suas funções vão desde limpar, corrigir, clusterizar e filtrar os dados, até transformá-los de um formato para outro. Para utilizá-lo, é necessário fazer o seu download gratuitamente no site do software” (SCOGNAMIGLIO; BRIGO, 2016)

lançado no dia 18 de dezembro 2019⁶, após nove meses de planejamento e execução. Neste momento apenas uma subcoleção foi lançada, a do Museu do Trabalho, composta de 235 obras produzidas por 159 artistas. Essa decisão foi tomada, por ser esta uma subcoleção fechada, com, relativamente, poucos itens, permitindo assim que tanto a equipe do projeto, quanto a da PBSA pudessem se apropriar do repositório e, principalmente, pudessem realizar as pesquisas necessárias para o preenchimento da documentação museológica e realizar o tratamento das informações. Ressalta-se que foi necessário revisar a indicação do local de guarda das obras da PBSA, para que a informação sobre sua localização fosse exata. Atualmente o Tainacan da PBSA já conta com 1095 itens publicados e 883 itens privados, ou seja, já catalogados, mas ainda não disponibilizados ao público.

Destaca-se que as equipes das duas unidades seguem fazendo os registros do acervo, mesmo após o encerramento do prazo de vigência das atividades do projeto. Assim, seguindo normativas técnicas da documentação museológica, as equipes progressivamente inserem informações de forma padronizada no repositório Tainacan, dando visibilidade aos seus acervos e possibilitando pesquisas sobre eles.

Quadro 1- Dados do projeto Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS no AMLEF (2018) e PBSA (2019)

| Acervo | Inventário prévio | Thesaurus | Metadados Tainacan | Itens cadastrados no lançamento | Lançamento | Acesso/mês (agosto/21) |
|--------------------|---------------------------------|---|--------------------|---------------------------------|------------|------------------------|
| AMLEF 330 itens | Não Arrolamento | Acervos Científicos MAST | 30 | 310 | 19/05/2019 | 1.390 |
| PBSA 1980 itens | Sim Excel (21 campos). Catálogo | de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros (2016) | 34 | 235 (Coleção Museu do Trabalho) | 18/12/2019 | 205 |

Fonte: a autora, 2021

A metodologia de trabalho criada no Projeto envolve basicamente quatro passos:

1. O estudo e a escolha dos metadados, partindo sempre dos itens descritivos obrigatórios do INBCM e fazendo um comparativo com os metadados já utilizados pela instituição, se for o caso, e acrescentando outros que sejam importantes para a descrição do acervo, conforme demanda das equipes técnicas locais. Utiliza-se os dados obrigatórios do INBCM pensando na possibilidade de futura interoperabilidade entre os acervos da UFRGS e também na preparação para integrar o Inventário Nacional quando este for demandado pelo Ibram, já efetuando o registro dos elementos mínimos de identificação das coleções.
2. A definição da configuração dos metadados no Tainacan⁷ e do vocabulário controlado

⁶ O acervo da PBSA está disponível em: <<https://www.ufrgs.br/acervopbsa/>>.

⁷ Atualmente é possível configurar os tipos de metadados do Tainacan em nove opções: Texto simples - para metadados de textos curtos; Área de Texto - para metadados de textos longos; Data - para metadados de datas completas no formato "DD/MM/AAAA"; Numérico - para metadados que contenham apenas números; Taxonomia, este tipo de metadado é especialmente útil para informações estruturadas a partir de um vocabulário controlado, permitindo inclusive a hierarquização de termos e gerando *links* entre os termos; Lista de Seleção - para metadados que possuem um pequeno conjunto de termos controlados, mas sem gerar *links* e hierarquização; Relacionamento - metadados que permitem fazer a conexão entre itens de uma mesma coleção ou entre itens de coleções distintas; Composto - são aqueles cujo valor não pode ser representado de maneira isolada

(thesaurus) a ser utilizado na catalogação.

3. A elaboração do manual de preenchimento do Tainacan com todas as informações de como acessar o repositório e, principalmente, de como preencher cada metadado, para que seja possível manter uma padronização e diminuir as chances de ocorrer dissociações.
4. A instalação e inserção das informações no Tainacan, conforme normatizado no manual de preenchimento.

Cabe ressaltar que nessa etapa é decidido sobre a publicização do acervo e realizado a configuração do *layout* do tema Tainacan com a identidade visual da instituição.

Cabe observar que a metodologia de trabalho inclui a escolha do repositório digital a ser utilizado, entretanto isso já está definido na criação do Projeto de Extensão, que indica o uso do Tainacan⁸. Tal escolha deu-se em função de ser um *software* gratuito e flexível, mas também por ser fruto de um projeto de pesquisa em uma universidade pública. O Tainacan foi desenvolvido na Universidade Federal de Goiás, a partir de 2013, sob a coordenação do professor Dalton Lopes Martins no intento de criação de um *software* livre e interoperável na difusão de diferentes acervos culturais. A equipe do Projeto Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS considera importante utilizar uma ferramenta produzida a partir de pesquisa desenvolvida com recursos públicos em uma universidade pública como forma de valorizar o trabalho científico em nosso país. Portanto, a escolha do Tainacan também se deu por uma questão política e não somente técnica.

Encerrando, cabe dizer que a experiência de trabalho na divulgação de parte das coleções do AMLEF e da PBSA, mostrou que são necessários alguns procedimentos importantes, como os descritos pela equipe do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (2020, p. 6):

Quando se trata de “disponibilizar”, “publicar”, “promover” ou “prover acesso” a um documento por meio da web, o que se faz, na verdade, é disponibilizar um ou mais dos elementos abaixo:

- Representantes digitais (“digitalizações”) desses documentos;
- Reprodução de informações contidas nos documentos;
- Informações que contextualizam os documentos administrativa e historicamente.

Os elementos apontados, como por exemplo, a digitalização dos bens/documentos (caso não sejam nato digitais) exigem uma curadoria de preservação digital, com modelos, normas e diretrizes. Assim como a representação das informações contidas nos documentos deve ser realizada a partir de padrões de metadados, sistemas classificatórios e vocabulários controlados.

Percebemos uma lacuna institucional em relação a uma política de acervos de caráter museológico na Universidade, o que inclui a questão da preservação dos acervos digitais. Relativo a essa lacuna, cabe mencionar que em 19 de maio de 2021 o Conselho Universitário da UFRGS aprovou a Resolução

por um único campo; e Usuário - que atribuem um usuário *WordPress* como valor para seu preenchimento. Para maiores informações consultar: <<https://tainacan.github.io/tainacan-wiki/#/pt-br/metadata>>.

8 O Tainacan é uma plataforma de código aberto para a criação de repositórios digitais e difusão dos acervos em mídias digitais. Apresenta-se como um *plugin* e um tema da plataforma *WordPress*, pensado como espaço de convergência, permitindo a interoperabilidade entre diferentes sistemas de informação.

número 64 que instituiu a Política de Preservação de Acervos Digitais da UFRGS (PPAD). Os objetivos dessa política são estabelecidos em seu artigo 2º:

São objetos desta política de preservação os documentos digitais, sejam nato digitais ou digitalizados, produzidos ou recebidos pela UFRGS, no desenvolvimento das atividades meio e fim, cuja custódia seja responsabilidade da Universidade e que fazem parte de:

I Acervos arquivísticos

II Acervos bibliográficos

III Acervos museológico

IV Websites institucionais

V Repositório de dados

VI Sistemas informatizados

Parágrafo Único: Para preservação digital, cada acervo deverá receber custódia e tratamento técnico adequado, conforme estabelecido pela Universidade, com o apoio técnico da Comissão de Preservação Digital. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 1-2)

Entretanto, embora sejam mencionados os acervos museológicos, os demais artigos da Resolução são voltados para acervos de caráter arquivístico e na Seção V, que trata do funcionamento da comissão permanente de preservação digital, não prevê entre os quatro membros permanentes um técnico da área da Museologia. São previstos um representante da Arquivologia, um da Biblioteconomia, um da área de Informática e um do Direito. Essa resolução é um avanço e deve ser comemorada, porém, é preciso ainda trabalhar na construção de uma política de memória dentro da Universidade que considere a preservação dos acervos de caráter museológico em suas especificidades e que estabeleça condições das coleções poderem ser divulgadas na *web*. Condições essas que incluem, logicamente, recursos tecnológicos - equipamentos e servidor para hospedagem dos dados – e humanos – profissionais com conhecimentos necessários à instalação, configuração e administração do sistema de *software*. Afinal, o patrimônio cultural produzido e salvaguardado nas nossas universidades precisa ser disponibilizados de forma ampla, é um compromisso social da universidade propiciar esse acesso através de uma política institucional.

Considerações Finais

Considero que ainda há muitos passos a serem dados no caminho de uma política de acervos digitais no Brasil. A realidade de muitas de nossas instituições museológicas revela carência de recursos humanos e de infraestrutura, que não permitem o tratamento adequado dos acervos e sua disponibilização em formato digital. Entretanto, em que pese essa situação, é preciso considerar alguns elementos positivos nos últimos anos, como a criação do Tainacan, ferramenta flexível e, principalmente, gratuita que se coloca como uma alternativa para as instituições publicizarem seus acervos, bem como a parceria do Ibram com a equipe do Tainacan, que vai permitir o estabelecimento da interconexão dos acervos dos museus do Ibram e que rendeu a publicação, em 2020, do *Acervos Digitais nos Museus – Manual para realização de projetos*. Este material apresenta informações tanto sobre documentação e gestão museológica, como sobre o uso do Tainacan e pode auxiliar no planejamento das instituições que procuram publicizar seu acervo digitalmente.

Porém, para que as iniciativas não sejam isoladas e desconectadas, há a necessidade de uma política nacional de acervos digitais, calcada nos princípios de democratização do acesso ao nosso patrimônio cultural, tal como prescreve a constituição federal de 1988, a Política Nacional de Museus de 2003 e o Plano Setorial de Museus de 2010. Retomar a discussão sobre essa Política, atualizando-a, é fundamental para que os passos em direção ao aumento dos acervos culturais em rede e na rede sejam mais largos.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- CARTA DE RIO GRANDE. **Expressa Extensão**. Pelotas, v.19, n.2, p. 169-172, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/4948>>. Acesso em: 08 out 2021.
- GOMES, P.; BRITTES, B. **A Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**: catálogo geral 1910-2014. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 2v.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Resolução Normativa nº 2**, de 29 de agosto de 2014, 2014. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Acervos digitais nos museus**: manual para realização de projetos. Instituto Brasileiro de Museus: Universidade Federal de Goiás – Brasília, DF: Ibram, 2020. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Acervos-Digitais-nos-Museus.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Acervos em Rede**. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/acesoainformacao/acoes-e-programas/acervo-em-rede>>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- MARTINS, D. L.; SILVA, M. F.; CARMO, D. do. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 194-216, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/72951>>. Acesso em: 25 out.2021.
- MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. **Acervos MuseCom na Web**: Acesso e difusão na web dos acervos de uma instituição de memória (versão 1). Museu da Comunicação Hipólito José da Costa: Secretaria de Estado da Cultura, Porto Alegre, RS, 2020. Disponível em: <https://www.musecom.com.br/uploads/Acervos_MuseCom_na_web_v1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- OLIVEIRA, A. de A.; FEITOSA, A. C. A. A difusão digital nos museus IBRAM: a implantação do projeto Tainacan. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, v. especial, n.1, p.70-90, jul.2021. Disponível em: <<https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/A5-Amanda-de-Almeida.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.
- PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS – 2010/2020. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010.
- POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. Ministério da Cultura, Brasília, DF, 2003.
- REDE DE MUSEUS E ACERVOS DA UFRGS. Remam 10 anos. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/remam/>>. Acesso em: 19 nov. 2021.
- SCOGNAMIGLIO, H. BRIGO, Luana. Programa Open Refine facilita tratamento de dados no jornalismo. **Repórter UNESP**, 2016. Disponível em: <<http://reporterunesp.jor.br/2016/12/13/open-refine-dados-no-jornalismo/>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Resolução nº 64**, de 19 de maio de 2021, 2021. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/legislacao/documentos/res-ndeg-064-2021/view>>. Acesso em: 02 nov. 2021.